

O fervero como arsenal: um protesto cultural contra o ultraconservadorismo

The rave as arsenal: a cultural protest against ultraconservatism

Natanael Batista Lima¹

1 <https://orcid.org/0009-0000-4051-5998>, Universidade Federal do Ceará, batistanatanael78@alu.ufc.br

RESUMO

Este artigo analisa os espaços culturais frequentados pela comunidade LGBTQIAPN+ como instrumentos de resistência, acolhimento e reafirmação política em um contexto de avanço do ultraconservadorismo no Brasil. A partir de entrevistas semiestruturadas com sete participantes, realizadas no mês de agosto de 2025, e da revisão de dados secundários buscou-se compreender como tais ambientes influenciam a construção de identidades e promovem sensação de pertencimento. Os resultados indicam que festivais, festas e ocupações culturais, especialmente em Fortaleza, constituem territórios de visibilidade, sociabilidade e enfrentamento às violências estruturais que atravessam família, escola e sociedade. Evidencia-se que, embora não resolvam todas as formas de exclusão, esses espaços oferecem suporte simbólico e coletivo, permitindo que indivíduos possam vivenciar afetos, celebrar suas diferenças e fortalecer laços comunitários. Conclui-se que a valorização da cultura é fundamental para consolidar direitos e ampliar a democracia, reafirmando a existência plena das pessoas sexo-gênero dissidentes.

Palavras-chave. Cultura; Resistência; LGBTQIAPN+; Identidade; Direitos.

ABSTRACT

This article analyzes cultural spaces attended by the LGBTQIAPN+ community as instruments of resistance, shelter, and political reaffirmation in the context of the rise of ultraconservatism in Brazil. Based on semi-structured interviews with seven participants and a review of secondary data, the study seeks to understand how these environments influence identity construction and promote a sense of belonging. The findings indicate that festivals, parties, and cultural occupations, especially in Fortaleza, constitute territories of visibility, sociability, and confrontation of structural violence that permeates family, school, and society. Although they do not eliminate all forms of exclusion, these spaces provide symbolic and collective support, enabling individuals to experience affections, celebrate differences, and strengthen community bonds. The analysis concludes that valuing culture is essential to consolidate rights and expand democracy, reaffirming the full existence of sex-gender dissident people.

Keywords. Culture; Resistance; LGBTQIAPN+; Identity; Rights.

1. INTRODUÇÃO

Parafraseando MC Queer, no trecho da música *Fiscal*, “o fervero também é luta” remete aos artifícios de reafirmação de um grupo que, por muito tempo, enfrentou opressão e invisibilização quase completa. Entretanto, a existência dessa comunidade consolidou-se mediante resistência constante, apesar das reiteradas tentativas de apagamento, opressão e criminalização. Atualmente, no contexto

jurídico brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça determina que os cartórios devem celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, assegurando a igualdade formal no registro civil (BRASIL, CNJ, 2013).

Contudo, a garantia dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ continua sendo questionada, especialmente com a retomada de discursos ultraconservadores que resgatam práticas excludentes sob argumentos econômicos e morais, os quais buscam restringir avanços humanitários consolidados na Constituição Federal. A discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero é um importante determinante social de saúde, contribuindo para o sofrimento e o adoecimento dessa população (Ministério da Saúde, 2012).

Apesar dos avanços obtidos, é necessário reconhecer que os últimos anos não têm sido equitativos para todas as identidades que compõem a sigla. Entre 2008 e setembro de 2022, 4.639 pessoas trans foram assassinadas no mundo, sendo 1.741 no Brasil. O país, isoladamente, concentra 37,5% de todas as mortes de pessoas trans registradas globalmente (Benevides, 2023). Além disso, dados indicam que, a cada 26 horas, um brasileiro é vítima de homicídio ou suicídio motivado por LGBTQIAPN+fobia, tornando o Brasil o país com maior índice de violência contra minorias sexuais (Benevides, 2023).

Esses números evidenciam a gravidade da violência direcionada a pessoas sexo-gênero dissidentes no país. Diante disso, cabe questionar: quantas campanhas de sensibilização são veiculadas nos principais meios de comunicação? Quantos debates são promovidos nas escolas sobre essa forma de violência? São questões relevantes, ainda de difícil resposta. Contudo, é importante destacar a atuação de organizações que buscam combater essas violações, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma rede criada em 2000 que articula lideranças e instituições em defesa dos direitos humanos, da cidadania e da dignidade de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

A violência, entretanto, não se restringe à morte física. Ela ocorre em diversas esferas, inclusive no ambiente familiar — espaço que deveria representar acolhimento e proteção, mas que, em muitos casos, é o local inicial de diferentes formas de agressão. Como relatou Janaína Dutra (MOTT, 2004, apud SAMPAIO, 2015), em texto publicado no jornal *O Povo* em 14 de fevereiro de 2004:

Geralmente, quando ainda estão cursando o ensino fundamental, por volta dos 13 ou 14 anos, as jovens travestis começam os processos de hormonização, depois vem a siliconização e o preconceito. A família, principalmente no Nordeste, não aceita e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência. (Mott, 2004 – Jornal o Povo).

Diante desse cenário, destaca-se a relevância de espaços que possibilitem a livre expressão da comunidade LGBTQIAPN+. Parte das camadas ultraconservadoras da sociedade ainda se apoia em discursos de pureza ou superioridade moral, muitas vezes embasados em interpretações religiosas que desconsideram princípios como amor, empatia e respeito.

Cada grupo social expressa sua cultura de maneira singular, e essa diversidade deve ser respeitada. Entretanto, observa-se o crescimento de discursos saudosistas que defendem uma suposta “moral cristã tradicional”, desconsiderando avanços sociais e conquistas de direitos. Como afirma Hobsbawm (1994, p. 3), cabe aos historiadores e críticos sociais serem os “lembradores profissionais do que [seus] concidadãos desejam esquecer”, evidenciando o que determinados discursos buscam ocultar ao idealizar um passado excludente.

Embora os movimentos progressistas tenham desempenhado papel essencial na consolidação democrática do país, a pauta LGBTQIAPN+, em alguns contextos, ainda é tratada como um “assunto problemático e secundário, quando não mesmo perigoso” (Almeida, 2008, p. 47).

Assim, o presente estudo tem como objetivo evidenciar a importância de eventos culturais como instrumentos de reafirmação política e de resistência frente ao avanço do ultraconservadorismo, além de representarem espaços de expressão e visibilidade. A partir dos relatos de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, busca-se compreender como esses ambientes contribuem para o acolhimento, o bem-estar e a liberdade de expressão individual.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados, detalhando a abordagem qualitativa e o uso das entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Em seguida, são discutidos os resultados obtidos, articulados com o referencial teórico sobre cultura, identidade e resistência. Por fim, são expostas as

considerações finais, que sintetizam as principais reflexões e contribuições do estudo, bem como suas limitações e possibilidades de aprofundamento futuro.

2. MÉTODO

Com o propósito de compreender como indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+ percebem os espaços culturais que frequentam e de que maneira tais vivências influenciam suas trajetórias pessoais, adotou-se o questionário como instrumento de investigação. Para a produção dos dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada como principal técnica, a qual, segundo Lüdke e André (1986, p. 34), “[...] permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações [...] não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema com base nas informações que detém”.

Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa, considerada por Minayo (2009) como apropriada para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, possibilitando uma análise aprofundada de suas percepções. O questionário combinou perguntas abertas — que favoreceram respostas mais livres e detalhadas — e perguntas fechadas ou direcionadas, voltadas à obtenção de dados essenciais previamente definidos. Esse formato permitiu que os(as) participantes expressassem suas percepções, experiências e interpretações, enriquecendo a análise e possibilitando maior aprofundamento na compreensão do objeto investigado.

O roteiro de perguntas foi estruturado em duas seções principais:

- Participação em atividades culturais, abordando a frequência de participação em eventos de público majoritariamente LGBTQIAPN+ e os tipos de eventos frequentados (festas com DJs da comunidade, shows de Drag Queens, palestras, rodas de conversa, oficinas, entre outros);
- Vivência pessoal, com questões abertas voltadas à percepção dos participantes sobre o sentimento de pertencimento nesses espaços e à análise de como esses ambientes contribuem para a reafirmação dos direitos e da identidade LGBTQIAPN+.

Na seção de *Resultados e Discussão*, os(as) entrevistados(as) foram identificados(as) por letras do alfabeto, em ordem crescente (A, B, C...), conforme a sequência em que suas falas aparecem no texto. Essa estratégia visou preservar o

anonimato dos participantes, garantindo, simultaneamente, clareza e organização na apresentação dos dados. A pesquisa contou com sete participantes, selecionados(as) por meio de amostragem por conveniência, ou seja, indivíduos que se identificaram com a temática e, voluntariamente, acessaram o link e responderam ao questionário elaborado na plataforma *Google Forms*. O levantamento foi realizado entre os dias 20 e 25 de agosto de 2025.

Na seção inicial do instrumento, foram apresentados os objetivos e o teor da pesquisa, assegurando-se o anonimato dos participantes e esclarecendo-lhes a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Em seguida, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a participação voluntária e devidamente informada. Cumpre destacar que foi obtido consentimento informado dos(as) participantes, os(as) que declararam compreender o propósito e a natureza da pesquisa.

Além disso, foram explicitados os possíveis benefícios e eventuais riscos associados à participação, a fim de minimizar qualquer possibilidade de dano. Nenhum grupo foi excluído da amostragem, visto que o questionário foi disponibilizado em grupo aberto. Ressalta-se, ainda, que o sigilo das identidades foi integralmente assegurado, não havendo registro de áudio, vídeo ou imagem durante a coleta dos dados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 1890, o Código Penal Brasileiro previa a punição de práticas homossexuais, embora as referências fossem sutis, utilizando expressões como “comportamento indecente” e “libidiniosidade”, o que permitia múltiplas interpretações por parte dos juristas (TREVISAN, 2000). Nesse contexto, observa-se uma imposição judicial ancorada em pressupostos que reforçavam a dominação de determinados grupos sociais e a marginalização de outros. Trata-se, portanto, de mais uma entre tantas tentativas históricas de silenciar e apagar existências que desafiavam os padrões éticos e morais hegemônicos.

Diante desse panorama, emerge um questionamento relevante: como grupos historicamente oprimidos conseguiram, ainda assim, deixar marcas na história e perpetuar coletivamente seus modos de ser e existir — por meio da linguagem, da estética, dos afetos e das expressões culturais? Sob essa perspectiva,

a cultura se reafirma como força motriz dos mecanismos de superação das injustiças sociais. A identidade cultural, nesse sentido, constitui-se como uma construção social e histórica compartilhada por grupos que dividem valores, modos de vida e símbolos (PEREIRA; AYROSA, 2012).

Essa relação entre identidade e resistência pode ser observada no seguinte relato de um dos participantes da pesquisa:

É na verdade bem perceptível que atualmente as pessoas voltaram a não se importar em tecer comentários odiosos, principalmente, nas redes sociais. Até mesmo pelo fato de muitos políticos de extrema direita terem se eleitos no mundo e no Brasil. É até difícil não imaginar como as coisas podem piorar daqui para frente. Sinceramente, eu espero que não. Acredito que pelo menos quando vou para uma festa e vejo um público majoritariamente LGBT acabo me sentindo mais normal, e acho que esses espaços servem como aviso que não estamos sozinhos e não precisamos nos esconder. (Entrevistado A, 2025)

O depoimento evidencia sentimentos de pertencimento e segurança que emergem em espaços culturais frequentados pela comunidade LGBTQIAPN+, funcionando como territórios de acolhimento e resistência simbólica. Mesmo em um cenário político marcado por retrocessos e incertezas, esses locais operam como refúgios coletivos, reafirmando a importância da sociabilidade e da visibilidade.

Em Fortaleza (CE), a comunidade LGBTQIAPN+ encontra na Estação das Artes um espaço de encontro e expressão política por meio de eventos como o Festival Ceará da Diversidade e o Fervinho, que reúnem performances, feiras queer e ocupações culturais. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura também se consolida como polo plural, sediando o Festival For Rainbow e acolhendo parte significativa da vida noturna queer da cidade. Já o bairro Benfica, com sua atmosfera universitária, conforma um território pulsante de produção artística e resistência, marcado por ações como as realizadas na Praça da Gentilândia e pelo Corredor Cultural, que fortalecem a circulação de identidades e narrativas LGBTQIAPN+.

Esses espaços, de natureza diversa, articulam cultura, sociabilidade e visibilidade, configurando-se como componentes essenciais dos circuitos de pertencimento queer em Fortaleza. Assim, é possível compreender os estilos de vida como um conjunto de práticas que fornecem formas materiais e simbólicas

para a construção da autoidentidade (GIDDENS, 2022). Como é possível observar no seguinte relato:

Em locais em que as pessoas totalmente ou em sua maioria são pessoas da comunidade me sinto mais à vontade. Tanto comigo mesma, como quando quero estar com a pessoa que gosto afetivamente, certamente são locais mais tranquilos e seguros, e passam um sentimento de não estar sendo julgado, o que permite estar mais tranquila com as pessoas ao redor. (Entrevistado B, 2025)

O depoimento destaca a importância dos espaços de convivência formados majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+, nos quais prevalece uma sensação de segurança e aceitação. Esse sentimento de liberdade para expressar afetos e identidades sem julgamento reafirma a relevância dos territórios de acolhimento e pertencimento dentro da comunidade.

Entretanto, é necessário reconhecer que tais espaços e grupos não são homogêneos. O crescimento de movimentos de extrema direita em diferentes contextos sociais demonstra que pessoas pertencentes a grupos historicamente marginalizados também podem reproduzir discursos e práticas excludentes. A orientação sexual ou identidade de gênero, portanto, não determina a filiação política ou religiosa de um indivíduo, o que é natural em uma sociedade democrática.

Contudo, é preciso destacar que parte das estratégias de consolidação de alianças hegemônicas se dá por meio do uso criativo, pelos grupos dominantes, de elementos de “bom senso” presentes entre os desprivilegiados, vinculando-os a ações neoliberais e neoconservadoras (APPLE, 2001). Assim, determinados sujeitos acabam sendo instrumentalizados como legitimadores de discursos que enfraquecem as lutas por igualdade e direitos.

Um exemplo emblemático, que serve de comparação, é o caso de Ward Connerly, empresário conservador afro-americano e membro do *Board of Regents* da Universidade da Califórnia, que se posicionou contra as políticas de ação afirmativa (APPLE, 2001). Para ele, a intervenção estatal seria prejudicial aos negros estadunidenses, pois, segundo suas palavras, “enquanto os outros estão se assimilando, os negros estão ficando cada vez mais longe de uma nação indivisível” (DILLARD, 2001, p. 50). Essa defesa do “mérito individual” foi rapidamente incorporada por movimentos conservadores majoritariamente brancos para legitimar políticas que reforçam desigualdades raciais (APPLE, 2001). Como

pontua Dillard (2001, p. 15), quando tais discursos partem de pessoas negras, adquirem um peso simbólico maior, servindo de respaldo para pautas excludentes.

Nesse sentido, torna-se urgente refletir sobre as formas pelas quais discursos conservadores cooptam sujeitos sexo-gênero dissidentes, levando-os, em alguns casos, a atuar contra os próprios movimentos de resistência. A religião desempenha papel central nesse processo. Igrejas evangélicas, por exemplo, ao oferecerem acolhimento a indivíduos em situações de vulnerabilidade emocional e social, podem também se tornar espaços de doutrinação política. A busca por pertencimento espiritual e comunitário, nesses contextos, é frequentemente canalizada para narrativas que reforçam a cisheteronorma e legitimam projetos excludentes.

De acordo com dados do Censo de 2022, 26,9% dos brasileiros se identificam como evangélicos, sendo o grupo religioso que mais cresceu entre 2010 e 2022 (IBGE, 2022). Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de fomentar, dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, uma cultura de acolhimento e solidariedade, reconhecendo a diversidade interna dos grupos sociais. Nenhuma coletividade é inteiramente homogênea — seja nas comunidades cristãs, nas religiões de matriz africana ou nos próprios grupos LGBTQIAPN+.

Portanto, promover um senso ampliado de comunidade é essencial para fortalecer coalizões diante das ameaças aos direitos constitucionais e à justiça social. Isso é particularmente relevante para pessoas trans, que continuam sendo as mais afetadas pela exclusão e pela violência. A cultura, nesse contexto, assume papel fundamental como meio de construção de espaços acolhedores e visíveis, reafirmando a existência coletiva e o direito à presença nos diferentes âmbitos da sociedade. Sob esse ponto de vista, o entrevistado C discorre que:

Nos demais âmbitos sociais que estamos inseridos no cotidiano é instintivo - após muitos anos de uma educação opressora - que não nos expressemos como realmente gostaríamos, por conta do julgamento alheio de uma sociedade pautada em princípios heteronormativos e por medo da própria violência. Então esses espaços são essenciais para nos expressarmos enquanto indivíduos e pertencentes de um grupo, onde acolhemos e somos acolhidos e (mesmo que não sempre e não totalmente) nos sentimos muito melhores para sermos mais parecidos com o que gostaríamos de ser, além de nos relacionar, romanticamente ou não, com os nossos de maneira mais livre e verdadeira. (Entrevistado C, 2025)

O relato destaca a importância dos espaços de convivência e sociabilidade entre pessoas LGBTQIAPN+ como locais de liberdade, acolhimento e reconhecimento. A fala evidencia o quanto o cotidiano é atravessado por mecanismos de controle social e de autocensura decorrentes da educação e dos valores heteronormativos. Assim, os ambientes de partilha tornam-se fundamentais para a construção de pertencimento e a expressão autêntica das identidades, porque muitas vezes, até a maneira de se expressar pode perpassar negativamente, como relatado pelo entrevistado a seguir:

A maneira como nos expressamos, pode ser bastante incomoda para quem é de fora da nossa bolha. Um simples grito de felicidade, (e alguns pulos por exemplo), pode abrir portas para uma série de ofensas, para aqueles que não compreendem e nem querem compreender um gesto espontâneo como esse citado. O que era para ser um gesto de contentamento, se torna opressão por parte da sociedade LGBTfóbica. Pode ser lgbt, mas precisa ser assim? (Entrevistado D, 2025)

A análise dos relatos indica a existência de um conjunto de normas sociais que prescreve uma "forma certa de se vestir, de falar e de agir", extrapolando, inclusive, o ambiente de trabalho. Observa-se que a aceitação de um indivíduo sexo-gênero dissidente está frequentemente condicionada à sua proximidade com os padrões comportamentais da figura heterossexual esperada. Conforme relatado, a "feminilidade" é um marcador que pode marginalizar o indivíduo, enquanto a conformidade garante maior aceitação social.

Essa dinâmica reflete a operação da heteronormatividade, que se define como a presunção e o privilégio da conformidade de gênero, da heterossexualidade e do modelo de famílias nucleares sobre outras expressões "desviantes" de gênero e sexualidade (OSWALD; KUVALANKA; BLUME; BERKOWITZ, 2009).

A personificação *queer* dessa pressão heteronormativa gerou o que se denomina homonormatividade, que privilegia indivíduos do mesmo sexo que se apresentam de forma heteronormativa — por exemplo, casais do mesmo sexo que são conformes ao gênero, monogâmicos e orientados para a família (ALLEN; MENDEZ, 2018; DUGGAN, 2002).

As expectativas de heterossexualidade, portanto, impõem não apenas a atração por um sexo diferente, mas também a conformidade de gênero (EISNER, 2013; WARNER, 1999). A eficácia da socialização heteronormativa depende, assim, da pressão exercida para que os membros da sociedade mantenham categorias

sociais privilegiadas e estigmatizadas (POLLITT, 2019). O entrevistado E sintetiza a pressão exercida pela norma, reforçando a importância dos locais de encontro:

É nítido que a presença da comunidade incomoda por não se encaixarem no "mundinho" heteronormativo. A forma como fala, se relaciona, se veste e outros aspectos da personalidade ou comportamento estão constantemente relacionados às falas problemáticas tecidas para a comunidade, então haver ambientes os quais nós podemos nos expressar como nós mesmos são extremamente importantes para reforçar o acolhimento e a valorização das diversas formas de ser e reconhecer-se. (Entrevistado E, 2025)

Essa percepção de incômodo manifesta-se, sobretudo, no âmbito das estruturas sociais basilares, onde os padrões vigentes não contemplam, de maneira efetiva, a integralidade das pessoas sexo-gênero dissidentes. Os moldes convencionais de família, por exemplo, operam sob a lógica da monogamia cisheteronormativa, na qual qualquer afastamento das normas pré-estabelecidas é interpretado como desvio ou estigmatização.

A defesa da família nuclear tradicional como única configuração legítima, o "padrão-ouro" social, não apenas marginaliza as relações LGBTQIAPN+ como também invisibiliza as violências que ocorrem dentro de sua própria estrutura. O registro de 1.450 feminicídios no Brasil em 2024 — número ligeiramente superior ao de 2023 (1.438 casos) (AGÊNCIA BRASIL, 2025) — é um dado que evidencia como a lógica de dominação e posse sustenta práticas violentas nas relações de gênero. Nesse contexto, a afirmação de Geni Núñez (2023, p. 27) é pertinente:

Por vezes somos ensinados/as/es a associar opressão, racismo e demais violências a algo relacionado ao ódio, ao mal; mas para contracolonizar, ou seja, para fazer um esforço contrário à colonização, precisamos reconhecer que é justamente em nome do bem, da família e do amor que a maior parte das violências se perpetua.

Diante da rigidez da norma e da violência estrutural, os movimentos culturais adquirem um papel central na construção da autoidentidade e na resistência coletiva. Espaços festivos, como os realizados na Estação das Artes ou no entorno do Dragão do Mar, funcionam como impulso motor para aceitação e autodescobertas. As manifestações culturais nesses ambientes, que vão desde apresentações de *Drag Queens* ao som de *Djs*, permitem a "remoção das máscaras performáticas" criadas para enfrentar a sociedade.

Nesses ritmos e expressões, o corpo reage, vibra e se fortalece, produzindo a autoidentidade necessária para o estabelecimento de afetos sem o medo imposto por uma sociedade que insiste em rotular e estigmatizar, traduzindo tal estigmatização em violência e morte. O papel desses espaços de expressão cultural é resumido pelo entrevistado F como um motor de transformação:

Com toda certeza, esses espaços permitem sonhos, descobrimentos e avanços individuais e como coletivo sua força e necessidade é elevada à altas potências. Sendo movimentos necessários para que cada vez mais pessoas se sintam representadas e entendam que toda a opressão, que só tem crescido nos últimos anos, não é normal ou deveria ser. Esses movimentos de vida da comunidade nos lembram diariamente que a realidade pode e deve ser outra, mais acolhedora e humana com todas as diferenças. (Entrevistado F, 2025)

A "força coletiva" mencionada no relato provém da necessidade histórica de auto-organização. O fato de os grupos sexo-gênero dissidentes terem sido historicamente empurrados para as margens da sociedade desencadeou o surgimento de uma cultura própria, com conjuntos de comportamentos, estilos de vida e modos de amar, sofrer e viver (GUIMARÃES, 2004; KATES, 1998, 2002; NUNAN, 2003). Embora a participação nesses espaços culturais não seja restrita à comunidade, o valor e o significado deles são distintos, pois reforçam a autoidentidade em contraposição a um contexto social que nega direitos básicos.

A busca por objetivos pessoais (econômicos, profissionais e familiares) é severamente dificultada pela violência estrutural. A rejeição familiar, por exemplo, pode levar mulheres trans à expulsão de casa, comprometendo a realização de sonhos como a formação em Direito. Do mesmo modo, a baixa autoestima de homens homossexuais, frequentemente vistos como "vergonha" por seus pais, ilustra o peso da violência familiar, que antecede e se soma às violências sofridas em outros ambientes, como o escolar.

Nesse contexto, os dados da Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024) reforçam a urgência da questão. Os vínculos afetivos limitados no espaço escolar correlacionam-se com os altos níveis de insatisfação relatados por estudantes LGBTI+ em dimensões cruciais da vida (escolar, familiar e pessoal). A pesquisa de 2024 aponta que 90% dos(as) estudantes LGBTI+ foram vítimas de agressão verbal, e 34% sofreram violência física no mesmo período. Os gatilhos mais apontados (expressão de gênero: 20%;

orientação sexual: 20%; aparência: 19%) demonstram que o alvo da violência é justamente a manifestação da identidade que desafia a cisheteronorma.

A conjugação dos conflitos familiares com a violência escolar impacta negativamente tanto a qualidade do ensino quanto a saúde psicológica desses estudantes. A análise sistemática desses dados evidencia a necessidade de a escola se configurar como um local que promova, ativamente, uma cultura de acolhimento e justiça, garantindo a permanência e o bem-estar dos alunos.

A sensação de segurança para ser quem se é não deve estar restrita a ambientes festivos específicos, mas, sobretudo, deveria ser garantida dentro das próprias escolas. Contudo, é inegável que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetiva ratificação dos direitos da população LGBTQIAPN+ nos mais diversos espaços sociais. Mesmo diante das tentativas de negação de existência, os pontos de encontro cultural que seguem cultivando continuam a exercer papel fundamental no acolhimento, utilizando a cultura como instrumento central de combate à intolerância. Trata-se de um acolhimento que, embora não seja perfeito — pois, em uma sociedade justa, indivíduos submetidos à marginalização deveriam contar também com suporte psicológico e institucional —, ainda assim representa um espaço de resistência. É nesse campo cultural que se fortalece a persistência diante do crescimento da extrema direita, a resistência frente à demonização de corpos e a esperança de existir plenamente, mesmo quando os índices de violência e mortalidade seguem alarmantes, como já discutido anteriormente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a problemática central deste estudo reside no reconhecimento dos espaços culturais como instrumentos fundamentais de resistência, acolhimento e reafirmação política para a comunidade LGBTQIAPN+. A pesquisa buscou compreender como esses ambientes contribuem para a construção de identidades e a promoção de pertencimento em um cenário marcado pelo recrudescimento do ultraconservadorismo global e, especialmente, brasileiro. O cenário político atual é caracterizado pela forte presença de discursos

que buscam resgatar um passado idealizado, muitas vezes atrelado a uma moral cristã que ameaça a laicidade do Estado.

As evidências apresentadas, sustentadas pelos relatos dos participantes e pelos dados oficiais, demonstram que a violência estrutural contra pessoas sexo-gênero dissidentes permanece como um obstáculo significativo à plena cidadania. Essa violência atravessa contextos familiares, escolares e sociais, sendo os indivíduos e, principalmente, os jovens transexuais, alvos de punição pela não conformidade com a cisheteronorma, muitas vezes enfrentando a violência desde o ambiente doméstico até a esfera pública.

Nesse sentido, os espaços de encontro, celebração e produção cultural transcendem a função de lazer: configuram-se como territórios de resistência, denúncia e fortalecimento coletivo. Enquanto as políticas excludentes e os discursos conservadores buscam silenciar e invisibilizar corpos dissidentes, a cultura atua como uma ferramenta potente de contestação, preservando a memória, a identidade e a luta por reconhecimento. A análise final reitera que a defesa e a expansão desses espaços culturais não dizem respeito apenas à comunidade LGBTQIAPN+, mas representam um avanço democrático e um compromisso ético de uma sociedade plural. O fortalecimento coletivo nesses ambientes é um passo crucial para a ampliação das oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa, na qual cada indivíduo possa viver plenamente sua verdade.

Reconhece-se que esta pesquisa possui limitações inerentes ao seu escopo. O grupo amostral pequeno, em função da metodologia adotada, impede a generalização dos resultados. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da quantidade de participantes e a adoção de metodologias quantitativas ou mistas que permitam mapear o fenômeno em maior escala. Adicionalmente, é fundamental que pesquisas futuras busquem entender o impacto psicológico e emocional da violência familiar, escolar e social documentada neste estudo, a fim de subsidiar políticas públicas de saúde mental voltadas à comunidade LGBTQIAPN+.

5. REFERÊNCIAS

ALLEN, S. H.; MÉNDEZ, S. N. **Hegemonic heteronormativity**: toward a new era of queer family theory. *Journal of Family Theory and Review*, v. 10, n. 1, p. 70-86, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/jftr.12241>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323405954_Hegemonic_Heteronormativity_Toward_a_New_Era_of_Queer_Family_Theory. Acesso em: 03 set. 2025.

ALMEIDA, M. V. 2008. **De vermelho a violeta e vice-versa**. Paper apresentado no Congresso Feminista da Fundação Gulbenkian, 26 a 28 de junho. Disponível em: <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/de-vermelho-a-violeta-e-vice-versa.pdf>. Acesso em: 04 set. 2025.

APPLE, M. W. **Educating the “right” way**: markets, standards, God, and inequality. New York: Routledge, 2001.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024)**. São Paulo: Aliança Nacional LGBTI+, 2025. Relatório (94 p.). Disponível em: https://aliancagbti.org.br/wpcontent/uploads/2025/04/Relatorio_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying_Alianca-LGBTI-1.pdf. Acesso em: 10 set. 2025

BENEVINDES, B. G. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/dossie2022/>. Acesso em: 4 set. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, n. 89, 15 mai. 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. ISBN 978-85-334-144-5. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12 a mais que ano anterior. Agência Brasil, 8 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/brasil-registra-1450-feminicidios-em-2024-12-mais-que-ano-anterior>. Acesso em: 10 set. 2025

DILLARD, A. D. **Guess who’s coming to dinner now**: multicultural conservatism in America. New York: New York University Press, 2001.

DUGGAN, L. **The new homonormativity**: the sexual politics of neoliberalism. In: CASRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. (org.). *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 175-194. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822383901-007>. Disponível em:

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6 n.1, p. 1-17, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v6i1.8825>.

<https://read.dukeupress.edu/books/book/733/chapter-abstract/134601/The-New-HomonormativityThe-Sexual-Politics-of>. Acesso em: 03 set. 2025.

EISNER, S. **Bi: Notes for a Bisexual Revolution**. 1. ed. Berkeley: Seal Press, 2013. 345 p.

ENTREVISTADO A, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

ENTREVISTADO B, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

ENTREVISTADO C, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

ENTREVISTADO D, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

ENTREVISTADO E, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

ENTREVISTADO F, **Entrevista**. Fortaleza, 30 agosto. 2025

GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_homossexual_visto_por_entendidos.html?id=DP99ntj8UQwC. Acesso em: 01 set. 2025.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós / Grupo Planeta, 2023. 192 p. ISBN 978-85-422-2379-8.

HOBSBAWM, E. **The age of extremes**. 1. ed. New York: Pantheon, 1994. 3p.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 5. ed. São Paulo: EPU, 1986

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico_2022.html. Acesso em: 10 set. 2025.

JANAÍNA, **Entrevista**. Fortaleza, 14 fevereiro. 2004

KATES, S. M. **Twenty Million New Customers!** Understanding Gay Men's Consumer Behavior. Binghamton, NY: Harrington Park Press, 1998. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Twenty-Million-New-Customers%21%3A-Understanding-Gay-Kates/829b3756a54de4d2d2cb6f0f3c05838865768d3d>. Acesso em: 01 set. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

MOTT, L. Réquiem para a travesti Janaína. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 14 fev. 2004

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. Disponível em: <https://adriananunan.com.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-homossexualidade-do-preconceito-aos-padroes-de-consumo - adriana nunan.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

OSWALD, R. F.; KUVALANKA, Katherine A.; BLUME, Libby B.; BERKOWITZ, Dana. **Queering "the family"**. In: LLOYD, Sally A.; FEW, April L.; ALLEN, Katherine R. (Eds.). *Handbook of Feminist Family Studies*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009. p. 43–55. DOI: 10.4135/9781412982801.n4. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45091002> Acesso em: 03 set. 2025.

POLLITT, A. M.; MERNITZ, Sara E.; et al. **Heteronormativity in the lives of lesbian, gay, bisexual, and queer young people**. *Journal of Homosexuality*, v. 19, n. 4, p. 465-483, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/15299716.2019.1676279>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7035158/>. Acesso em: 03 set. 2025.

PEREIRA, S. J. N.; AYROSA, E. A. T. **Corpos consumidos**: cultura de consumo gay carioca. *Organizações & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 61, p. 295-313, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/HWK37JrdVfsyx4nyGd8Xr5d/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

SAMPAIO, Juciana de Oliveira. **Do glamour à política**: Janaína Dutra em meandros heteronormativos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1597/2/JucianaSampaio.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Autor 1. Estudante de ciências biológicas - licenciatura - na Universidade Federal do Ceará (UFC). Integra atualmente projetos de extensão em ensino e pesquisa.

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

LIMA, N. B. . O fervejo como arsenal: um protesto cultural contra o ultraconservadorismo . *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v6i1.8825. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/8825>.

Submetido em: 30/09/2025

Revisões requeridas em: 15/10/2025

Aprovado em: 30/10/2025